

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.156 - CE (2019/0321274-4)**

**RELATORA** : MINISTRA REGINA HELENA COSTA  
**RECORRENTE** : MARIA JOSE LIMA TEMOTEO  
**ADVOGADO** : MARIA JOSE LIMA TEMOTEO (EM CAUSA PRÓPRIA) -  
CE014524  
**RECORRIDO** : ESTADO DO CEARÁ  
**PROCURADOR** : GIOVANA LOPES DO NASCIMENTO SILVA E  
OUTRO(S) - CE014716

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por **MARIA JOSÉ LIMA TEMOTEO**, com base nos arts. 105, II, *b*, da Constituição da República e 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil de 2015, contra acórdão proferido pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado (fls. 80/86e):

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PENSÃO POR MORTE DE POLICIAL MILITAR DA ATIVA.**

**FALECIMENTO APÓS A EC Nº. 41/2003. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 340 DO STJ. PARIDADE COM SERVIDORES DA ATIVA. INCABÍVEL. REAJUSTE ANUAL PARA MANTER O VALOR REAL DO BENEFÍCIO.**

*I. Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado em face de suposto ato coator atribuído ao Secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, no qual a requerente alega ser a única beneficiária de uma pensão por morte decorrente do falecimento de seu marido, policial militar do Estado do Ceará que veio a óbito em serviço na data de 8 de fevereiro de 2008, aduzindo que o valor que lhe é devido não está sendo pago conforme o estabelecido no ato concessivo.*

*II. Em relação a concessão da pensão por morte, faz-se mister registrar que o Superior Tribunal de Justiça, por meio da súmula 340, entende que: “A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.”*

*III. Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 41/2003, foram alteradas as regras em relação a pensão por morte, ao passo que deixou ser previsto o sistema de paridade. Nesse contexto, passou a prever que as pensões passariam a ser revistas pelo mesmo índice anual dos inativos deferido aos benefícios do regime geral, senão vejamos: “§ 8º: É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em*

*caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.". Vê-se, assim, que a referida emenda substituiu a paridade pelo reajuste anual dos inativos, tendo como objetivo manter o valor real do benefício.*

*IV. Dessa forma, tendo em vista que o cônjuge da requerente faleceu em atividade, na data de 08/02/2008, aplica-se ao caso o art. 40, § 7º, da Constituição Federal de 1988, posto que o falecimento se deu após a Emenda Constitucional nº 41/2003, de modo que a requerente não faz jus ao direito de paridade.*

*V. Conforme estabelece o § 8º do art. 40 da CF/88, o valor da pensão deverá ser tão somente reajustado anualmente, com objetivo de manter o valor real do benefício, tendo em vista que o direito à paridade não estava mais previsto na CF/88 para as pensões decorrentes dos óbitos dos servidores militares estaduais na ativa, quando do óbito do instituidor do benefício.*

*VI. Segurança denegada.*

Nas razões recursais, alega-se, em síntese, a titularidade de direito líquido e certo à paridade da pensão por morte, recebida pela impetrante, em face da totalidade do valor do vencimento previsto na Lei n. 16.207, de 17.03.2017, do Estado do Ceará, para o posto de 1º Tenente PM, porquanto assegurado pelo ato concessivo, emanado da SEPLAG e publicado no DOE em 08.09.2009 (DOE do Ceará, Série 3, Ano I, n. 167, fls. 13/14) e, portanto, resguardado pelo art. 5º, XXXVI, da CF/88.

Com contrarrazões (fls. 199/210e), subiram os autos a esta Corte, admitido o recurso na origem (fl. 212e).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 219/222e, opinando pelo improvimento do recurso.

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com o art. 34, XVIII, *b*, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947),

à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, passo ao exame do recurso.

Cumpré asseverar que esta Corte de Justiça possui entendimento segundo o qual *"instituída uma gratificação ou vantagem, de caráter genérico, paga indistintamente aos servidores da ativa, deve ser ela estendida aos inativos e pensionistas, conforme o art. 40, § 8º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 20/98"* (RMS 21.213/PR, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ de 24.9.2007).

Neste sentido:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO MILITAR. LCE 15.114/2012. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS INATIVOS/PENSIONISTAS. POSSIBILIDADE, COM AS RESTRIÇÕES DA EC 47/2005. PRECEDENTE DO STJ E DO STF. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO.**

*1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado por Ieda Moura de Abreu, Maria Eliene Barroso Saraiva, Francisca Eminosina de Oliveira, Maria de Lourdes, Valda Sena Rocha, e os menores impúberes Lais Farias Costa Neta, Deborah Sena Rocha e Helvécio Rocha Filho contra ato do Governador do Estado do Ceará e do Secretário de Planejamento e Gestão, pleiteando a percepção de Gratificação de Desempenho Militar - GDM, de cunho genérico, instituída pela Lei Complementar Estadual 15.114/2012, para pensão ocasionada por óbito.*

*No caso, os instituidores das pensões faleceram após a Emenda Constitucional 41/2003 (fl. 243, e-STJ).*

*2. O STJ tem entendido que, "instituída uma gratificação ou vantagem, de caráter genérico, paga indistintamente aos servidores da ativa, deve ser ela estendida aos inativos e pensionistas, conforme o art. 40, § 8º, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 20/98"* (RMS 21.213/PR, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ de 24.9.2007).

3. "Desde a edição da EC 41/2003, o preceito constitucional analisado passou a assegurar o reajustamento dos benefícios da aposentadoria para preservar-lhes, em caráter permanente, seu valor real, conforme critérios estabelecidos em lei, mas não a paridade com os servidores da ativa. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, determinou que os servidores que ingressaram no serviço público antes da EC 41/2003, mas que se aposentaram após a referida emenda, possuem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição especificadas nos arts. 2º e 3º da EC 47/2005. Assim, impõe-se afastar as regras permanentes da EC 41/2003, que se aplicam apenas aos servidores que ingressaram no serviço público após a sua promulgação" (RMS 46.265/CE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30.6.2015).

4. O agravante não trouxe argumento capaz de infirmar os fundamentos da decisão recorrida e demonstrar a ofensa ao direito líquido e certo.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no RMS 46.958/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 05/02/2016)

**ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE INCREMENTO DA FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO - GIFA. NATUREZA GENÉRICA. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS.**

**POSSIBILIDADE.**

1. É firme o entendimento desta Corte de que as gratificações de desempenho, ainda que possuam caráter pro labore faciendo, se forem pagas indistintamente a todos os servidores da ativa, no mesmo percentual, convertem-se em gratificação de natureza genérica, extensíveis, portanto, a todos os aposentados e pensionistas.

*Precedentes.*

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1372058/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 11/02/2014).

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, consolidou o entendimento de que "os servidores que ingressaram no serviço público antes da EC 41/2003, mas que se aposentaram após a referida emenda, possuem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição especificadas nos arts. 2º e 3º da EC 47/2005".

Confira-se:

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO, INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR 977/2005, DO ESTADO DE SÃO PAULO. DIREITO INTERTEMPORAL. PARIDADE REMUNERATÓRIA ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS QUE INGRESSARAM NO SERVIÇO PÚBLICO ANTES DA EC 41/2003 E SE APOSENTARAM APÓS A REFERIDA EMENDA. POSSIBILIDADE. ARTS. 6º E 7º DA EC 41/2003, E ARTS. 2º E 3º DA EC 47/2005. REGRAS DE TRANSIÇÃO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

*I - Estende-se aos servidores inativos a gratificação extensiva, em caráter genérico, a todos os servidores em atividade, independentemente da natureza da função exercida ou do local onde o serviço é prestado (art. 40, § 8º, da Constituição).*

*II - Os servidores que ingressaram no serviço público antes da EC 41/2003, mas que se aposentaram após a referida emenda, possuem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição especificadas nos arts. 2º e 3º da EC 47/2005.*

III - Recurso extraordinário parcialmente provido.

(RE 590.260/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 24/6/2009, DJe de 22/10/2009).

Na hipótese dos autos, verifico que a pensão decorreu do falecimento, em 08.02.2008, de militar que não se aposentou nos moldes do art. 7º da Emenda Constitucional n. 41/2003 e do art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, sendo forçoso reconhecer, portanto, a ausência do direito à paridade remuneratória com relação aos servidores ativos.

Posto isso, com fundamento no art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015 e art. 34, XVIII, *b*, do Regimento Interno desta Corte, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Ordinário.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

**MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

Relatora